



Anais da Assembléia

N.º 103

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 11 DE OUTUBRO DE 1984

ANO X

2.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.ª LEGISLATURA

ATA DA 094.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 11 DE OUTUBRO DE 1984

(Quinta-feira)

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede a leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagens:

MENSAGEM 205/84

Curitiba, 04 de outubro de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, anteprojeto de lei que altera o orçamento atual do Departamento de Estradas de Rodagem - DER, no valor de Cr\$ 30.473.000.000 (trinta bilhões, quatrocentos e setenta e três milhões de cruzeiros), cujo Crédito Especial servirá para dar suporte a despesas com obras de construção e manutenção da malha viária do Estado, pagamento de dívida e para outras despesas de custeio administrativo.

Os recursos para cobertura do Crédito supracitado são oriundos de excesso de arrecadação do Tesouro Geral do Estado dentro do disposto no § 1.º, item II, do Art. 43, da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964.

Certo de contar, uma vez mais, com a atenção desta Egrégia Assembléia Legislativa, renovo meus protestos de estima e apreço.

(a) JOSÉ RICHA

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — Fica autorizado o Poder Executivo a abrir um Crédito Especial no valor de Cr\$ 30.473.000.000 (trinta bilhões, quatrocentos e setenta e três milhões de cruzeiros), que altera o orçamento atual do Departamento de Estradas de Rodagem - DER.

Art. 2.º — Servirão como recursos para cobertura do Crédito de que trata o art. 1.º desta lei, recursos de excesso de arrecadação do Tesouro Geral do Estado, de acordo com o § 1.º, item II, do Art. 43, da Lei Federal 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

— À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM 206/84

Curitiba, 04 de outubro de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica dos Termos de Convênios números 12/84 e 13/84, celebrados em 16 de agosto de 1984, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e, respectivamente, os Municípios de GUARANIACU e ASSAÍ, objetivando a execução de obras de reforma nos terminais rodoviárias da sede dos referidos municípios.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHA — Governador do Estado

— À Diretoria Legislativa.

Presidência do Sr. Deputado Trajano Bastos, secretariada pelos Srs. Deputados Adhail Sprenger Passos e Francisco Escorsin.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Gemote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antônio Annibelli, Antônio Belinati, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Djalma de Almeida César, Donato Gulín, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Fiori Luz, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Bufara, Nelson Vasconcellos, Nilso Sguarezi, Odêni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Quielse Crisóstomo, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tuguio Setogutte, Wilson Fortes, Fuad Nacli, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos e Aírton Cordeiro (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura das atas das sessões anteriores.

O SR. PRESIDENTE — Estão em discussão as atas que acabam de ser lidas. Aprovadas.

O SR. IVAN GUBERT — (Pela Ordem) Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) A Mesa defere e solicita...

O SR. RUBENS BUENO — (Pela Ordem) Sr. Presidente, requeiro a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere e solicita ao Sr. 1.º Secretário, que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É procedida a chamada nominal).

Vinte e quatro Srs. Deputados responderam à chamada.

A Presidência irá atender a solicitação do Sr. Deputado Ivan Gubert, para a verificação de votação.

(É procedida a verificação de votação).

Vinte e quatro Srs. Deputados aprovam; nenhum Deputado rejeita. — Estão aprovadas as atas.

A Mesa registra, com satisfação, a presença em plenário, do Sr. Eduardo Marques de Oliveira, Prefeito Municipal de Pinhão, do Estado do Sergipe e do Prefeito Municipal de Guapuva, Nivaldo Krüger.

MENSAGEM N.º 207/84

Curitiba, 04 de outubro de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, incluso anteprojeto de lei, que visa obter autorização para a abertura de um crédito especial no valor de Cr\$ 1.915.418.000 (hum bilhão, novecentos e quinze milhões quatrocentos e dezoito mil cruzeiros) destinados a atender despesas com material de consumo, outros serviços e encargos do Departamento de Trânsito - DETRAN, no corrente exercício.

Os recursos necessários à cobertura do presente crédito, são provenientes do excesso de arrecadação do Tesouro Geral do Estado.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência, os meus protestos de elevado apreço e consideração.

(a) JOSÉ RICHA
Governador do Estado.

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º - Fica autorizado o Poder Executivo a abrir um crédito especial no valor de Cr\$ 1.915.418.000 (hum bilhão, novecentos e quinze milhões, quatrocentos e dezoito mil cruzeiros) no vigente orçamento do Departamento de Trânsito - DETRAN, destinados a cobrir despesas com material de consumo e outros serviços e encargos.

Art. 2.º - Servirá como recurso para a cobertura do crédito de que trata o artigo anterior o estabelecido no § 1.º, item II, do art. 43, da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. A **Diretoria Legislativa**.

MENSAGEM N.º 208/84

Curitiba, 04 de outubro de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, anteprojeto de lei que altera o vigente orçamento da Superintendência de Controle da Erosão no Paraná - SUCEPAR, no valor de Cr\$ 1.500.000.000 (hum bilhão e quinhentos milhões de cruzeiros), cujo Crédito Especial tem por objetivo atender despesas com o Controle da Erosão no Estado do Paraná.

Os recursos para cobertura do Crédito supracitado são provenientes do excesso de arrecadação do Tesouro Geral do Estado, conforme disposto no § 1.º, item II, do artigo 43, da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964.

Contando uma vez mais com a atenção dessa Colenda Casa, reafirmo protestos de estima e consideração.

(a) JOSÉ RICHA
Governador do Estado.

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um Crédito Especial ao orçamento atual da Superintendência de Controle da Erosão no Paraná - SUCEPAR, no valor de Cr\$ 1.500.000.000 (hum bilhão e quinhentos milhões de cruzeiros), destinados a cobrir despesas com obras de Controle da Erosão.

Art. 2.º - Servirão para cobertura do Crédito de que

Curitiba, quinta, em 11/10/84

trata o artigo anterior recursos do Tesouro Geral do Estado, com conformidade com o disposto no § 1.º, item II, do artigo 43, da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. A **Diretoria Legislativa**.

MENSAGEM N.º 209/84

Curitiba, 04 de outubro de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, anteprojeto de lei que altera o orçamento vigente da Fundação Instituto Agrônômico do Paraná - IAPAR, pela transposição de Cr\$ 872.574.000 (oitocentos e setenta e dois milhões, quinhentos e setenta e quatro mil cruzeiros) da fonte de receitas 81 - Convênios com órgãos Federais, para a fonte 90 - Receitas Diversas.

A solicitação em tela tem por objetivo adequar o orçamento de despesas do IAPAR às receitas efetivamente arrecadadas, uma vez que os recursos de convênios com Órgãos Federais previstos não ingressaram e há um excesso de outras receitas realizadas pela entidade.

Certo de poder contar com a deferência dessa Egrégia Assembléia Legislativa, reafirmo meus protestos de alta estima e consideração.

(a) JOSÉ RICHA
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder transposição de Cr\$ 872.574.000 (oitocentos e setenta e dois milhões, quinhentos e setenta e quatro mil cruzeiros) da fonte de receita 81 - Convênios com órgãos Federais, para fonte 90 - Receitas Diversas, alterando o orçamento do Instituto Agrônômico do Paraná - IAPAR, no que se refere a despesas de Capital da atividade orçamentária 2.750 - Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico de Produtos Agropecuários.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. A **Diretoria Legislativa**.

MENSAGEM N.º 210/84

Curitiba, 10 de outubro de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de solicitar a essa Augusta Assembléia Legislativa, em conformidade com o preceito contido no art. 22, inciso I, da Constituição Estadual, autorização para me afastar do País, por algumas horas, no dia 25 do corrente mês, com destino ao Paraguai, a fim de comparecer às solenidades de inauguração oficial da entrada em funcionamento da Central Hidrelétrica de Itaipu, em cujo evento estarão presentes suas Excelências o Presidente João Batista Figueiredo e o Presidente Alfredo Stroessner.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHA
Governador do Estado.

A **Diretoria Legislativa**.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas

atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja concedido regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 229/84 oriundo de Mensagem Governamental, que objetiva criar na Governadoria, cargos isolados de provimento em comissão, conforme especifica, bem como alterar a simbologia de cargos já existentes e da mesma natureza de provimento.

Sala das Sessões, em 11 de outubro de 1984.

(a) TADEU LÚCIO MACHADO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, regime de urgência, para o Projeto de Lei n.º 254/84, de sua autoria, que visa dar nova redação ao art. 25 da Lei 7811 de 29/12/83. (Taxa de serviços do DETRAN).

Sala das Sessões, em 11 de outubro de 1984.

(a) ERONDY SILVÉRIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 263/84 (Mensagem Governamental n.º 205/84), que suplementa Orçamento do D.E.R.

Sala das Sessões, em 11 de outubro de 1984.

(a) NILSO SQUAREZI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja retirado da Ordem do Dia, por 15 sessões, o Projeto de Lei Complementar n.º 99/84.

Sala das Sessões, em 11 de outubro de 1984.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja retirado o Projeto de Lei Complementar n.º 28/83 da Ordem do Dia, por 10 sessões.

Sala das Sessões, em 11 de outubro de 1984.

(a) NILSO SQUAREZI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja anexada ao Projeto n.º 120/84, a documentação anexa, contendo parecer favorável da Coordenadoria do Patrimônio do Estado e da Coordenação de Receita do Estado, reincluindo-se o citado projeto na Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 11 de outubro de 1984.

(a) NILSO SQUAREZI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário,

sejam todas as Proposições relativas a modificações do Regimento Interno, em tramitação na Casa, encaminhadas à Comissão Especial de reforma do Regimento, para análise e Parecer.

Sala das Sessões, em 11 de outubro de 1984.

(a) ROBERTO REQUIÃO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação em ata dos trabalhos da presente sessão, de um voto de profundo pesar pelo falecimento ocorrido dia 07 próximo passado, na cidade de Rio Negro, do jovem Afonso Romualdo Train.

O passamento deu-se por lamentável acidente motociclístico; o jovem era filho de nosso companheiro Senhor Aires Train.

O falecimento do jovem Afonso, consternou a sociedade de Rio Negro e de Lageado dos Vieiras, onde residia, pois tratava-se de pessoa das mais estimadas e das mais queridas, pois pertencia a uma das mais tradicionais famílias da região.

Seu pai, Aires Train, pioneiro, político, ocupa uma das cadeiras de Vereador da cidade, pessoa por demais apreciada por todos que o conhecem.

REQUER, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado conhecimento à família enlutada, na pessoa do Senhor Aires Train, progenitor do falecido.

Sala das Sessões, em 11 de outubro de 1984.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação em ata dos trabalhos da presente sessão de um voto de profundo pesar pelo falecimento do ex-Prefeito da cidade de Jacarezinho Pr., Senhor SEBASTIÃO MANOEL DOS SANTOS.

Tal passamento vem consternar a nossa sociedade, face os dotes morais do extinto.

REQUER, aoutrossim, que do pronunciamento desta casa se dê ciência à Família enlutada, à Rua Paraná n.º 1221, Jacarezinho Pr., C. Postal 167.

Sala das Sessões, em 11 de outubro de 1984.

(a) ERONDY SILVÉRIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

REQUEIRO à Mesa, ouvido o Plenário, seja inserto nos Anais da Sessão Plenária de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor LEIZOR RAIZ, ocorrido no dia 06 próximo passado.

Requeiro, outrossim, que da decisão da Casa seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 11 de outubro de 1984.

(a) DONATO GULIN

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

REQUEIRO à Mesa, ouvido o Plenário, seja inserto nos Anais da Sessão Plenária de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do jornalista, Senhor CARLOS AFONSO UTRABO, ocorrido no dia 03 próximo passado.

Requeiro, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 11 de outubro de 1984.

(a) DONATO GULIN

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, voto de profundo pesar, pelo falecimento de ELIZABET MARZAROTTO, ocorrido nesta Capital em 24/09, próximo passado.

Requer, outrossim, que da decisão desta Casa de Leis, seja dado conhecimento à família enlutada, à Rua Roberto Senna, 237, Bairro Novo Mundo.

Sala das Sessões, em 11 de outubro de 1984.

(a) NESTOR BAPTISTA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Jayme Pires Gonçalves, ocorrido no último dia 9, em Londrina.

O extinto era antigo morador daquela cidade, onde deixa filhos, noras, genros, netos e bisnetos.

Homem de profunda vocação religiosa, era muito estimado por todos que tiveram o privilégio de conhecê-lo.

Sua morte deixou um vazio enorme na sociedade londrinense, mas ficará para eternidade seus exemplos de trabalho, amor, bondade e sentimento cristão.

Solicito que esta manifestação de pesar seja comunicada à família enlutada, através da Igreja Presbiteriana, à rua Benjamin Constant, 1647, em Londrina.

Sala das Sessões, em 11 de outubro de 1984.

(a) ANTÔNIO BELINATI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inserção na ata dos trabalhos da presente sessão, de um voto de profundo pesar pelo falecimento inesperado do Senhor OTÁVIO DUARTE DA SILVA, ex-Vereador e Presidente da Câmara Municipal de Matelândia.

Requer, ainda, dar ciência do presente à família enlutada bem como à Câmara Municipal de Matelândia e ao seu filho, Vereador JUVENTINO DUARTE DA SILVA.

Sala das Sessões, em 11 de outubro de 1984.

(a) TÉRCIO ALBUQUERQUE

JUSTIFICATIVA:

O falecimento inesperado do Senhor OTÁVIO DUARTE DA SILVA, além de trazer tristeza aos seus familiares, abalou profundamente seu vasto círculo de amigos e pessoas de seu relacionamento. Nascido no dia 20 de maio de 1920, Otávio Duarte da Silva deixa viúva a Senhora EMÍLIA DUARTE DA SILVA, 8 filhos e 13 netos, sendo que seu filho Juventino Duarte da Silva é atualmente Vereador da cidade de Matelândia onde seu pai residiu por 24 anos, tendo sido Vereador e Presidente da Câmara Municipal.

Otávio Duarte da Silva, foi também delegado por 15

anos, era soldado reformado da Polícia Militar. Apesar dos vários compromissos, labutou também com a agricultura.

Todos aqueles que com ele tiveram a oportunidade de conviver sabem o quanto fará falta a sua presença física, mesmo estando vivo na lembrança dos seus amigos e do povo de Matelândia.

Recebi com tristeza a notícia, através dos seus amigos, Vereadores MÁRIO COSTENARO e CELSO CARDOSO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, a consignação na ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Napoleão Batista Sobrinho, ocorrido na Municipalidade de Iretama, conseqüente encaminhamento ao Excelentíssimo Senhor Humberto Gomes Martins, Prefeito Municipal, ao Excelentíssimo Senhor Guaeter Alves de Oliveira, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores e aos Excelentíssimos Senhores Presidentes das Agremiações dos Partidos Políticos existentes na cidade.

Sala das Sessões, em 11 de outubro de 1984.

(a) RUBENS BUENO

JUSTIFICATIVA:

O Município de Iretama cresceu e desenvolveu-se graças à ação dos seus pioneiros, que há pouco mais de três décadas desmataram as imensas áreas verdes, beneficiando a madeira para posteriormente desenvolver o cultivo do solo. Muitas foram as famílias que lá instalaram-se permitindo o aparecimento das primeiras casas, os primeiros povoados. Dentre tais famílias, a Batista Sobrinho sempre teve destacado e merecido reconhecimento quanto a sua intensa participação nos diversos processos desenvolvimentistas daquele município. E o Senhor Napoleão Batista Sobrinho é quem sempre simbolizou essa participação. Como conceituado comerciante, o Senhor Napoleão além de homem probo, sempre teve muito ligado à participação comunitária. O respaldo adquirido junto àquela laboriosa coletividade, verificou-se quando ainda Iretama era Distrito de Campo Mourão. Em 1956 o Senhor Napoleão era então eleito com uma grande soma de votos Vereador, cargo que exerceu até 1959, cuja atuação parlamentar foi a das mais brilhantes, e que em muito contribuíram para o desenvolvimento, notadamente no que diz respeito à luta pela emancipação político-administrativa de Iretama (acontecida em 25 de julho de 1960).

Depois desse período, apesar de não mais integrar o Poder Legislativo, o Senhor Napoleão continuou ativamente nas grandes realizações que objetivaram o bem comum, como em 1971 até 1979 quando exerceu durante tal período a condição de Delegado de Polícia, fato que aliás não é tal como na história da segurança pública, quanto ao tempo que focou à frente daquele organismo: nove anos.

Como integrante do quadro do funcionalismo público estadual existente em Iretama, até há pouco tempo, desde 1984, foi o agente sanitário do município.

Seu desaparecimento aos 62 anos de idade, foi um fato que entristeceu todos os iretamenses. Abriu-se uma grande lacuna, pois tratava-se de um homem cuja formação moral e cristã, sua postura em defesa dos grandes interesses daquela rica e imensa região, sempre serviram, como ainda hão de servir, como grandes exemplos de amor à terra que o recebeu.

Não poderia portanto, deixar de prestar uma homenagem ao povo de Iretama, através desse requerimento, já que

o seu desenvolvimento atualmente verificado, em grande parte, só foi possível devido ao alto espírito público e humano do Senhor Napoleão Batista Sobrinho, cujo desaparecimento representa, sem dúvida alguma, uma perda irreparável junto àquela cidade.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Neste dia 12 de outubro o Coritiba Foot-Ball Club comemora os seus 75 anos de existência.

Desde a sua fundação, em 1090, por um grupo de pioneiros e admiradores do nobre esporte bretão, o Coritiba tem marcado a sua história por uma trajetória de glórias e vitórias. Já em 1915, quando do primeiro certame de futebol em nosso Estado, lá estava o Coritiba disputando. Em 68 campeonatos, ele foi 27 vezes campeão, sendo que várias vezes bicampeão; em 73, um título inédito, o tri; e, em 76, o hexacampeonato. Clube de prestígio nacional, figura no ranking dos 20 maiores do Brasil, tendo entre os seus troféus a conquista do Torneio do Povo em 1973 - disputando contra o Flamengo, o Corinthians, o Internacional, o Atlético MG e o Bahia. Entre seus feitos, o Coritiba marca sua presença no jogo inaugural do "Pacaembu", em São Paulo, dia 27 de abril de 1940. O "coxa-branca", como é conhecido popularmente, também marcou a sua presença em campos internacionais: desde a sua primeira viagem ao exterior em 1969, depois em 70 e 72, sempre excursões cheias de brilhantes atuações e triunfos seguidos. Em 1972, a "Gazeta Esportiva", de São Paulo, premiou o alvi-verde do Alto da Glória com a "Fita Azul", pelas grandes vitórias obtidas naquela viagem ao exterior.

Motivo de orgulho para todos nós, o Coritiba também construiu um invejável patrimônio, onde se destaca o "Estádio Antônio Couto Pereira".

Partilhando da alegria e da festa dos futebolistas paranaenses, em particular dos torcedores do Coritiba Foot-Ball Club, o Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado em ata da presente sessão, voto de congratulações àquele clube pelo transcurso de seus 75 anos de existência.

Por outro lado, solicito que da decisão do Plenário seja dado conhecimento ao Presidente do Coritiba Foot-Ball Club, Senhor Evangelino da Costa Neves.

Sala das Sessões, em 11 de outubro de 1984.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

REQUEIRO à Mesa, ouvido o Plenário, seja inserto nos Anais da Sessão Plenária de hoje, voto de congratulações para com o Doutor VALDO JOSÉ CAVALET pela sua eleição como Presidente da Associação dos Engenheiros Agrônomos do Paraná.

Requeiro, outrossim, seja extensivo o referido voto de congratulações aos demais membros componentes da Diretoria e do Núcleo Regional.

Sala das Sessões, em 11 de outubro de 1984.

(a) DONATO GULIN

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

REQUEIRO à Mesa, ouvido o Plenário, seja inserto nos Anais da Sessão Plenária de hoje, um voto de congratula-

ções com o jornal "GAZETA DO POVO" pela inclusão de ALCI RAMALHO FILHO no rol de seus colaboradores.

Requeiro, outrossim, que da decisão da Casa seja dado ciência à Empresa supracitada.

Sala das Sessões, em 11 de outubro de 1984.

(a) DONATO GULIN

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, a consignação na ata dos trabalhos realizados na tarde de hoje, voto de congratulações ao Município de Campo Mourão pela comemoração no dia de hoje, do seu 37.^o aniversário de emancipação político-administrativa, com conseqüente encaminhamento ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, Professor José Pochapski, ao Excelentíssimo Senhor Doutor Moacir Ciulla Porciúncula, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores e aos Excelentíssimos Senhores Presidentes das Agremiações Partidárias existentes na cidade.

A história do Estado do Paraná está, fora de qualquer dúvida, muito ligada à própria história de Campo Mourão. Pois o famoso chamado Caminho de Peabiru ou dito também como Caminho de São Tomé, tinha duas ramificações, sendo que uma dessas passava exatamente por onde se encontra atualmente a cidade de Campo Mourão.

Em 1760, somente nesta época, é que o Capitão Afonso Botelho de Sampaio e Souza, após alguns prévios estudos, determinou a organização de uma nova expedição aos poucos ou não habitados sertões paranaenses, entregando na mesma oportunidade, a responsabilidade do comando de tal expedição ao Capitão, natural de São José dos Pinhais, o Senhor Ribeiro Bayão (que já tinha estado na região em fins de 1769 e começos de 1770). O mencionado agrupamento de homens (que segundo livros que tratam da história do Paraná eram de 75 pessoas) viajaram durante muitos dias, enfrentando dificuldades consideradas muito naturais, como diversos dias de longa viagem, problemas como animais ferozes, doenças contraídas, notadamente por insetos. Essa mesma caravana teve todo aquele esforço já de início recompensado, pois ao chegarem à região de Campo Mourão, ficaram fascinados com os campos constituídos de intensa e rica vegetação. E foi daí que, num gesto de reconhecimento ao ilustre mandatário de São Paulo, pela sua visão, quanto à sua crença no potencial que poderia existir neste Estado, àqueles mesmos homens resolveram homenagear Afonso Botelho de Sampaio e Souza, denominando a então região Noroeste, de Campo do Mourão.

Posteriormente à vinda daquele agrupamento de homens, vieram outras pessoas, que já deram início à derrubada das enormes árvores, transformando-as em tipos de madeira beneficiadas que de imediato eram utilizadas para o erguimento das primeiras residências ou algumas casas comerciais; surgindo deste modo, um pequeno núcleo de moradias.

Mas, no ano de 1903 é que foi considerado uma das etapas das mais importantes, sendo inclusive analisado como o primeiro e verdadeiro processo desenvolvimentista. Graças à chegada dos senhores Antônio Luiz Pereira, José Pereira, Bento Gonçalves Proença e Cesário dos Santos, que, acompanhados de suas respectivas famílias, ali edificaram suas casas, e dedicaram-se ao desenvolvimento das atividades agrícolas e pecuárias, permitindo-se a formação de bons aspectos em termos de desenvolvimento.

Essa realidade, incluindo-se outros como conseqüências, possibilitou que, em 1921, Campo Mourão fosse elevado à categoria de Distrito Administrativo, pertencendo à Municipalidade de Guarapuava. Porém, pouco tempo depois na mesma condição de Distrito, passou a pertencer à Municipalidade de Pitanga, tendo em vista a distância e as próprias condições de tráfego entre Campo Mourão-Guarapuava, além de diversos assuntos relacionados à política e administração eram na verdade reflexos de Campo Mourão como um todo, quanto ao seu rápido crescimento.

Com a criação e instalação de uma inspetoria do Departamento de Terras ocorrido no ano de 1943, o Distrito de Campo Mourão proporcionou de maneira extraordinária. Isto fez com que novos colonos, bem como comerciantes, chegassem a Campo Mourão; atraídos por inúmeros aspectos desenvolvimentistas, e, entre os primeiros senhores, pode-se citar Guilherme de Paula Xavier, Margarida Wakin, Léo Guimarães e Francisco de Albuquerque.

Outro fato, cuja importância histórica é incontestável: trata-se das movimentações, notadamente pelas lideranças comunitárias e políticas, no sentido da transformação do Distrito de Campo Mourão para a condição de Município. Foram realizados vários contatos com autoridades paranaenses que gozavam na época de muita influência, aliando-se a essas mesmas com articulações e levantamentos de dados e subsídios que diziam respeito às características sócio-econômicas.

Finalmente, no dia 10 de outubro de 1947, de acordo com a Lei número 2, era então efetivamente criado o município de Campo Mourão, desmembrando-se deste modo do Município de Pitanga.

Após a realização das eleições, foi eleito com amplo respaldo popular o Excelentíssimo Senhor Pedro Viriato de Souza, político muito jovem, porém de grande capacidade administrativa, obteve desde o início de sua Administração o apoio do Poder Legislativo, assim como do conjunto da população de um modo geral. Neste mesmo período, ante dificuldades do seu recente desmembramento, implantou-se algumas obras consideradas prioritárias, destacando-se neste sentido, a própria implantação do Paço Municipal (prédio, parte burocrática, material de trabalho, para a realização de obras e contingente humano, etc); além do ordenamento urbano, determinando com um amplo traçado racional, as ruas e avenidas.

A cada etapa o Município de Campo Mourão, em face especialmente da labuta de sua gente, foi despontando a nível de Estado, como uma das cidades que mais apresentava crescimento nos seus diversos parâmetros.

Também, como afirmou-se inicialmente, que a história de Campo Mourão está muito ligada à história do Paraná; todo o processo evolutivo referente àquela região, (de acordo com a nova divisão e denominação geográfica estabelecida) agora chamada de região Centro-Oeste, se deu em função de toda uma conjuntura própria deste Município. Especialmente quando trata-se do aparecimento dos povoados em vários pontos, cuja sua expansão culminou em respectivas emancipações de ordem política e administrativa, tais como os seguintes municípios: Barbosa Ferraz (criado em 25.07.60); Campina da Lagoa (criado em 25.07.60); Fênix (criado em 25.07.60); Goioerê (criado em 10.08.55); Iretama (criado em 10.11.61); Janiópolis (criado em 18.11.62); Mamborê (criado em 25.07.60); Peabiru (criado em 14.12.51); Roncador (criado em 25.07.60) e Ubiratã (criado em 25.07.60).

Nos dias de hoje, Município de Campo Mourão continua a ser no âmbito não somente de nosso Estado, mas também

a nível nacional, uma cidade que se projetou no cenário com grande vocação para o crescimento ainda maior em relação ao verificado.

Sua sustentação sócio-econômica deveu-se como desde os primórdios tempos do seu surgimento, às atividades agropastoril, sendo estas, geradoras de grande quantidade de matéria prima destinada ao sólido e diversificado comércio como as unidades industriais.

O trigo, a soja, o milho, o feijão, o arroz, o café, destacando-se no entanto, o cultivo da soja e do trigo, ambos as maiores atividades da economia da região, desenvolvidas em vastas e produtivas terras (sempre favorecidas também pelo clima tropical, ameno, com verões chuvosos); ou na pecuária, notadamente na criação (corte e leite) de gado bovino, suíno além de aves. Estes dois setores são os responsáveis pelo emprego de um contingente de trabalhadores dos mais expressivos.

Aliado às riquezas extraídas do alto teor fértil daquele solo, destinados ao consumo, comercialização e a processo de transformação industrial; significativa parcela produzida é transportada por várias rodovias que integram Campo Mourão com o restante do território paranaense (devendo-se destacar que Campo Mourão é o maior entroncamento rodoviário existente no Sul do País), para servir a outros grandes centros industriais ou consumidores.

A população total de Campo Mourão é superior a 97 mil habitantes, sendo 59.210 residentes no perímetro urbano e o restante, pouco mais de 38.000, na zona rural. Tal contingente estão também distribuídos nos progressistas distritos administrativos de: Luiziana, Farol e Piquirivai, além de várias vilas ou vilarejos. Este mesmo contingente populacional parece ter herdado o mesmo espírito pioneirístico e empreendedor dos primeiros habitantes, pois estes, num desafio dos maiores já registrados, desbravaram as matas verdejantes, construindo as primeiras casas, e a exploração da terra.

Tais pessoas jamais um dia poderiam imaginar que Campo Mourão pudesse ser o que atualmente representa quando completa 37 anos de emancipação política e administrativa.

Exatamente num momento dos mais importantes do Paraná, pelo aspecto histórico e sua importância nos dias de hoje, (quando Campo Mourão está por iniciar praticamente uma nova década, a quarta); necessário se faz refletir sobre as verdadeiras condições das bases de desenvolvimento de qualquer país do mundo: os municípios. Estes sofrem duramente com a estrutura básica do sistema tributário brasileiro que aconteceu com a reforma de 1965. A emenda constitucional subsequente, sofrendo modificações, não alterando contudo a essência de tal sistemática.

Decorridos quase vinte anos e aliás é importante frisar, muito antes de todo este tempo, os municípios brasileiros passaram a ser meras referências geográficas, pois rumaram para a sua inevitável condição de falência.

O que aconteceu com aquela mudança constitucional foi a excessiva centralização dos tributos, passando-os ao poder da União e parte aos Estados.

Neste sentido, é imprescindível intensificar, a exemplo do que acontece na atual conjuntura, uma ampla, unificada e consciente luta em defesa de uma nova legislação tributária, só possível através de uma reforma que seja, efetivamente profunda.

Somente de acordo com tais movimentações, cujas tarefas não devem ser somente dos prefeitos, mas sim dos que integram o Parlamento (municipal, estadual e federal), dos executivos estaduais, da classe política (especialmente através de organismos partidários e da sociedade como um todo. Desse

modo, poder-se-á novamente devolver a verdadeira autonomia, permitindo-lhes uma conduta própria, devolvendo-lhe também seus próprios destinos a serem seguidos.

Neste contexto, Campo Mourão, que em particular vem atingindo de um modo bastante acelerado, com a atual legislação, prejudicando-lhe o desenvolvimento de um modo em geral, sem dúvida alguma será extremamente beneficiada com qualquer reformulação tributária.

Sala das Sessões, em 11 de outubro de 1984.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o registro na sessão de hoje de um voto de congratulações e regozijo ao Diretor, Senhor João Carlos Côas, e todo corpo funcional da Rádio Colméia de Porto União, Santa Catarina, pelo transcurso dos 29 anos de fundação, ocorrido no dia 05 próximo passado.

A Rádio Colméia, desfruta de posição privilegiada em termos de audiência em toda a Região do Vale do Iguaçu, atingindo a dezenas de Municípios, não só de Santa Catarina, como também do Paraná.

Como representante de União da Vitória e região, nesta Casa, não poderia esquecer de forma nenhuma, os valiosos serviços prestados por aquela emissora quando da ocasião da maior enchente em que viveu nossa região, pois a Rádio Colméia, através de seu trabalho extraordinário, provou a necessidade do rádio numa comunidade.

Requer, outrossim, que da decisão desta Casa, seja dado conhecimento ao Sr. João Carlos Côa, digno Diretor daquela emissora.

Sala das Sessões, em 11 de outubro de 1984.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente

O Parlamentar que o presente subscreve, REQUER, regimentalmente, que após ouvido o douto Plenário, seja inserido na ata dos trabalhos de hoje, um voto de regozijo pela passagem do 37.^o aniversário de Emancipação Política, do Município de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 11 de outubro de 1984.

(a) AUGUSTO CARNEIRO

JUSTIFICATIVA:

Se fazemos uso dos direitos regimentais para apresentar um requerimento de tal ordem, é porque conhecemos e acompanhamos o crescimento de Campo Mourão, e ainda mais, porque nos ufanamos de ser um dos seus representantes nesta augusta Casa.

Porém, à guiza de justificativa, passamos a detalhar, numa síntese, o que é Campo Mourão, e o fazemos apenas para colorir nosso requerimento, pois, não existe um só paranaense que nato ou de adoção, não conheça ou tenha ouvido falar na cidade que hoje (dia 10) completa 37 anos de emancipação política.

Cidade cujo progresso — não obstante a crise por que passam todos os municípios —, nunca deixou de ser uma constante e ininterrupto, o que podemos assegurar sem bairrismo, de que talvez seja uma das únicas, que suportou o êxodo desenfreado que assolou o Paraná.

Progresso esse, devidamente calcado no denodo e no despreendimento dos desbravadores, que acreditando numa nova Canaã, deixaram suas origens e adentraram florestas e lugares desconhecidos com suas famílias e seus poucos pertences, mas com muita vontade de vencer. E venceram. Agora,

hoje, orgulhosos, vêem seus filhos e netos gozando da salutar paz dos 37 anos de Campo Mourão, que eles ajudaram a construir.

Campo Mourão, metrópole do Centro-Oeste, já pertenceu ao Município de Guarapuava, até o ano de 1947, do qual foi desmembrado por força da Lei número 02/47, de 10/10/47 e cuja instalação oficial se deu em 05/12/4.

Campo Mourão abriga hoje, em sua sede, mais de 50.000 pessoas, parte maior dos seus 80.000 habitantes. Curiosidade demográfica, pois no Paraná, seja talvez o único município cuja população urbana é acentuadamente maior que a rural.

O município tem um colégio eleitoral aproximado de 40 mil eleitores, cuja representatividade política lhe assegurou, nos governos passados, a instalação de diversos e principais serviços públicos. Pois é sede regional dos Núcleos da Secretaria da Saúde, da Polícia Civil, da Agricultura, da Educação e do DER, contando ainda com um eficiente Núcleo Social Urbano e seu moderno Colégio Agrícola é orgulho regional.

Mas, nós, mourãoenses, de adoção, reportamo-nos ao que se deve este incontestável progresso, e encontramos a resposta no espírito empreendedor do seu povo, baseada na totalidade da força incontestada da iniciativa privada, que se prova, pela ação brilhante da APRECAMPO, cuja feira está sendo um sucesso absoluto, e por que não citar, a inimitável COAMO, que orgulhosamente é a primeira Cooperativa do Brasil, analisando-se no aspecto global, isto comprovado pela premiação, com honrarias, que recebeu recentemente em São Paulo-SP, o que prova a pujança da sua agricultura.

Tudo isto, sem dizer em outras tantas iniciativas que forçaram as condições, para que hoje pudéssemos festejar, com orgulho, os 37 anos de emancipação política.

Um exemplo ainda maior do poder da iniciativa privada, é o apoio que a Associação Comercial e Industrial de Campo Mourão vem dando ao comércio e à indústria local, o que possibilita que Campo Mourão tenha um comércio variado e competente que garante à população mourãoense, uma vasta opção de compras. E, completa-se de que Campo Mourão possui uma das maiores Empresas de Transportes Coletivos do Sul do País.

Associando-se, ao todo, que representa Campo Mourão, são suportes de seu progresso, os três Distritos Administrativos: Farol, Luiziana e Piquirivai, que igualmente povoados por homens dignos e trabalhadores, ajudam a construir o presente e o futuro de Campo Mourão.

Face ao exposto, ao que ainda mais poderíamos falar, em homenagem aos pósteros, aos presentes e aos que hão de vir, enfim, a todos os que colaboram, colaboraram e deverão colaborar para que Campo Mourão seja próspero e feliz, justifica-se nosso requerimento.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja encaminhado um voto de congratulações à Associação dos Engenheiros Agrônomos do Paraná, pela passagem do Dia Nacional dos Agrônomos, 12 de outubro.

Sala das Sessões, em 11 de outubro de 1984.

(a) SABINO CAMPOS

Apoiamento: PAULO FURIATTI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, seja oficiais a Excelentíssima Sra. Secretária de Estado da Educação, solicitando-lhe que oficialize a DIRETRIZ MUNICIPALISTA como norma a ser cumprida pelos candidatos que se inscreveram à realização do

próximo concurso público de ingresso ao Quadro Próprio do Magistério Estadual.

Desta forma, ao se habilitarem à prestação do concurso, os professores o fariam junto às respectivas Inspetorias Estaduais de Ensino, ficando condicionada a validade de inscrição à comprovação de que de fato RESIDEM nos municípios por onde se inscreveram.

Nada mais justo, por exemplo, que as vagas do Município de Santa Fé sejam disputadas apenas pelos professores que ali residem. E salvo os dispositivos expressos em lei, que os candidatos selem o compromisso de ministrarem aulas pelo período mínimo de dois (02) anos nas cidades por onde foram aprovados e classificados.

Vale salientar que a primeira medida, se adotada, viria corrigir o histórico drama dos mestres "BATEDORES DE ESTRADA" e que, devido às contradições de titulares de 02 (dois) padrões em locais distantes, submetem-se a toda sorte de sacrifícios na difusão do ensino e conseqüente manutenção da própria subsistência.

A segunda sugestão, a de se comprometer a uma docência mínima de dois (02) anos no município de origem, viria coibir, em parte, a evasão dos professores para os grandes centros urbanos, aspiração esta que, se por um lado é legítima, acarreta graves problemas de inevitável carência de pessoal docente da Rede Estadual de Ensino, e culmina fatalmente por onerar os cofres das nossas pequenas comunas, já excessivamente empobrecidas.

Sala das Sessões, em 11 de outubro de 1984.

(a) TADEU FRANÇA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

REQUEIRO à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado a Sua Excelência, o Dr. Cloraldino Soares Severo, DD. Ministro de Estado dos Transportes, no sentido de que Sua Excelência determine sejam urgenciadas as obras para a construção da ponte sobre o Rio Paraná, interligando os Municípios de Guaíra, no Estado do Paraná, ao Município de Mundo Novo, no Estado do Mato Grosso do Sul, principalmente pelo fato de vir a atender um fluxo diário de aproximadamente 1.500 veículos que transportam a produção de grãos do Paraguai e do Mato Grosso do Sul com destino ao Porto de Paranaguá.

Sala das Sessões, em 11 de outubro de 1984.

(a) DONATO GULIN

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

REQUEIRO à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado às autoridades abaixo relacionadas, para que Suas Excelências se dignem determinar sejam procedidos estudos no sentido de ser reativada a travessia, a barco, do Rio Paraná, ligando o Distrito de Dr. Oliveira Castro, Município de Guaíra, no Brasil, à Comunidade de Guadalupe, no Paraguai.

CLORALDINO SOARES SEVERO

Ministro dos Transportes

JONAS CORREA DA COSTA SOBRINHO

Superintendente da SUNAMAM - Rio de Janeiro

HAILEH JOSÉ KAUFMANN

Coordenador do Sistema de Fiscalização da Receita Federal -
Brasília - DF

FRANCISCO NEVES DORNELES

Superintendente da Receita Federal - Brasília-DF

MASSAD DEUD FILHO

Superintendente da 9ª Região Fiscal

Sala das Sessões, em 11 de outubro de 1984.

(a) DONATO GULIN

JUSTIFICATIVA:

Mais de 50 mil brasileiros estão hoje radicados na Comunidade de Guadalupe, no Paraguai, onde são proprietários de terras e utilizavam a travessia fluvial ligando o Distrito de Dr. Oliveira Castro, Município de Guaíra a esta comunidade no Paraguai.

Estes serviços eram prestados através de balsas que transportavam veículos e passageiros.

Com a paralisação desta travessia, os brasileiros radicados nesta comunidade, que faziam suas compras no Comércio do Distrito de Dr. Oliveira Castro, terão que percorrer uma distância de 100 km, para sair até Salto Del Guairá no Paraguai, e posteriormente fazerem sua travessia para o Brasil até Guaíra.

Muitos são proprietários residentes em Mal. Cândido Rondon, Palotina, Assis Chateaubriand, Santa Rosa e outros municípios, incluindo Guaíra, que hoje estão seriamente prejudicados com a paralisação dessa travessia, isto sem contar com o grande prejuízo de diversos comerciantes, que hoje estão sem ter a quem vender suas mercadorias, no Distrito de Dr. Oliveira Castro.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente a Sua Excelência o Sr. Secretário de Estado dos Transportes, Deputado Deni Lineu Schwartz, no sentido de serem incluídos nos planos e programas municipais de pavimentação de novas estradas do DER, para o próximo exercício, a pavimentação dos trechos de estradas entre Mal. Cândido Rondon e Porto Mendes e Mal. Cândido Rondon a Vila Maripá.

Sala das Sessões, em 11 de outubro de 1984.

(a) GERNOTE KIRINUS

JUSTIFICATIVA:

A região do Sudoeste e do Oeste paranaense, verdadeiros celeiros da agricultura do Sul do Brasil, têm contribuído através do trabalho da sua população, para o engrandecimento e o enriquecimento de nosso Estado e do nosso País. Justo, portanto, que o Estado, através dos órgãos da sua administração, supram as suas prementes necessidades, para que não haja solução de continuidade nesta contribuição efetiva de riquezas daquelas regiões para o engrandecimento de nosso Estado.

Neste sentido é que apresentamos o presente expediente ao Sr. Secretário de Estado dos Transportes atendendo aos reclamos da laboriosa população de Marechal Cândido Rondon.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após a aprovação do Plenário, o envio de expediente ao Senhor MAX ROSENMANN, Diretor Superintendente do Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado - IPE -, objetivando desenvolver estudos que visem a criação de uma Coordenadoria Regional do Instituto na cidade de LOANDA, Paraná.

Sala das Sessões, em 11 de outubro de 1984.

(a) NILSO SGUAREZI

JUSTIFICATIVA:

Mister se faz a instalação de uma Coordenadoria Regional na cidade de LOANDA, uma vez que são inquestionáveis os benefícios que advirão para os servidores públicos do Município e da Região.

Instalada em 1974, essa Agência vem prestando atendimento que beneficia uma média de 600 pessoas mensalmente, abrangendo servidores públicos das seguintes cidades: Santa Cruz do Monte Castelo, Querência do Norte, São Pedro do Paraná, Porto Rico, Marilena, Itaúna do Sul, Diamante do Norte e Planaltina do Paraná, além de inúmeros distritos municipais.

Cabe salientar que as Agências do IPE nos municípios de Santa Izabel do Ivaí e Nova Londrina, atuam subordinadas à Agência de LOANDA.

O desenvolvimento alcançado pela cidade de LOANDA nos últimos anos, vista como a mais progressista do Extremo Noroeste Paranaense, contando com diversos hospitais devidamente equipados para prestar um atendimento eficiente nas múltiplas áreas da medicina, credencia-a de forma relevante para sediar uma Coordenadoria Regional desse Instituto.

Diante do exposto, solicitamos de Vossa Excelência sejam envidados todos os esforços para tomar realidade esta antiga e justa reivindicação dos Servidores Públicos estaduais que compõem a Região Noroeste Paranaense, e assim possibilitar que esses servidores, entre outros benefícios, possam ter acesso a empréstimos junto a esse conceituado Órgão Previdenciário do Estado, o mais próximo possível de suas residências.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida a Ilustríssima Senhora Diretora Superintendente da FUNDEPAR - Fundação Educacional do Paraná, através da Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação, encarecendo a liberação de diversos equipamentos necessários à implantação de uma oficina de marcenaria para a Escola Especializada Josephina Wendling, localizada na Municipalidade de Campo Mourão.

Tendo como mantenedora a APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, a Escola Especializada Josephina Wendling Nunes tem ao longo de sua existência realizado um dos mais importantes papéis em Campo Mourão, no que diz respeito ao seu trabalho de assistência social.

Como parece ser uma característica das demais entidades existentes naquele setor, a Escola Especializada mantida por aquela Associação, tem recebido muito pouco apoio dos organismos públicos, destacando-se dessa forma a nível estadual, que até hoje não sensibilizou em prestar uma ínfima parcela sequer de qualquer colaboração, por menor que seja.

As diretorias que existiram à frente da APAE de Campo Mourão, nunca, por outro lado, ficaram somente na espera de ajudas governamentais. Muito ao contrário, procuram sempre contar com o apoio da comunidade, notadamente dos clubes de serviços existentes na cidade. Como prova disso, é que foi construído um amplo pavilhão para a instalação de uma oficina de marcenaria, graças as campanhas desenvolvidas sob a coordenação do Rotary Club de Campo Mourão e ao Rotary Club Galha Azul (também de Campo Mourão).

A partir da construção do referido pavilhão é que começou a persistente luta para a aquisição dos maquinários necessários à implantação da pretendida oficina. Em 1983, portanto há quase dois anos, o então Presidente da APAE e hoje também o atual, Ilustríssimo Senhor Luiz Gonçalves, encaminhava à essa Secretaria de Estado da Educação (conforme cópia

em anexo) reivindicação neste sentido, colocando claramente as reais condições daquela instituição de ensino, principalmente quanto à necessidade da implantação de uma oficina.

No entanto, ante a omissão quanto ao problema, a luta continua até os dias de hoje, sendo que o fato que realmente mudou de lá para cá, refere-se à necessidade maior ainda da pretendida reivindicação.

Torna-se indispensável também a exposição de motivos no que tange a dificuldades que costumeiramente enfrentam entidades de caráter social como a existente em Campo Mourão, como também torna-se indispensável discorrer sobre a real necessidade de equipamento daquele pavilhão como oficina de marcenaria a ser manuseado por alunos excepcionais mourãoenses, e que por certo, encontrará junto a essa Pasta o apoio do qual se espera.

Sala das Sessões, em 11 de outubro de 1984.

(a) RUBENS BUENO

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 270/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
DECRETA

Art. 1.º - Fica o Poder Executivo autorizado a isentar do ICM, no caso de vendas a prazo, a parcela correspondente ao acréscimo sobre o preço originário da mercadoria.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11 de outubro de 1984.

(a) IVAN GUBERT

JUSTIFICATIVA:

Segundo a atual sistemática tributária, o ICM é cobrado sobre o preço total das mercadorias, pouco importando se a venda é feita à vista ou a prazo.

Ocorre que nesta última hipótese, o preço originário sofre sensível aumento em decorrência dos encargos financeiros incidentes sobre o mesmo.

É, sem dúvida alguma, sumamente injusto que o ICM incida também sobre esse acréscimo, acarretando sério agravamento ao custo final a ser pago pelo consumidor.

Aliás, é bom que se diga que alguns Estados da Federação já adotaram semelhante providência, o que trouxe salutar benefícios à arrecadação de tributos, já que preços menores implicam sempre em maior demanda de produtos.

Contamos, portanto, com o apoio dos Nobres Senhores Deputados ao presente plano de lei, uma vez que trará inegáveis benefícios à coletividade, principalmente às camadas mais simples da população de nosso Estado.

PROJETO DE LEI Nº 271/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
DECRETA:

Artigo 1.º - Fica instituída nos termos desta lei a arborização obrigatória das faixas de domínio das Rodovias Estaduais.

Artigo 2.º - O objetivo é implantar a arborização nessas faixas com plantas nativas e exóticas, obrigatoriamente com um mínimo de 80% frutíferas, sendo o restante - 20% - de uso possível como matéria prima a produtos de origem do setor primário.

Artigo 3.º - O Poder Público Estadual, coordenará o programa quanto à sua parte técnica, através da Secretaria de Estado da Agricultura e esta, pela sua empresa de

Assistência Técnica e Extensão Rural, além de outras vinculadas ao sistema agrícola do Estado, conjuntamente com a Secretaria de Estado dos Transportes que destinará as áreas utilizáveis.

Artigo 4.º — Todos os projetos de execução viária ou obras de arte deverão estar vinculados a outro de arborização, elaborado conforme o disposto no artigo anterior.

Artigo 5.º — A implantação, reposição e conservação das mudas estará a cargo da Secretaria de Estado dos Transportes, com utilização de pessoal de seus quadros, supervisionados tecnicamente pela Secretaria de Estado da Agricultura e suas vinculadas.

Artigo 6.º — A população em geral deverá ser estimulada a participar de todas as fases do projeto, desde a sua implantação até o cuidado para com as plantas.

Artigo 7.º — O Poder Estadual e deste ao Municipal e aos seus distritos sob cuja jurisdição estejam os trechos plantados, serão os gestores quanto à forma de colheita e uso dos benefícios que advirão com o Programa.

Parágrafo único: Os proprietários das terras nas quais estará localizada a faixa plantada, terão direito a uma parcela do lucro obtido, que deverá ser estipulado pelo Estado e pela Municipalidade e não inferior a 20% do total.

Artigo 8.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11 de outubro de 1984.

(a) TÉRCIO ALBUQUERQUE.

JUSTIFICATIVA:

A corrida inconseqüente ao acoplamento da tecnologia na zona rural, o uso intensivo do solo, com característica predatória, sem preocupações conservacionistas aconselhadas pelo estágio alcançado no atual desenvolvimento técnico, ligado à agricultura e que tem causado processos erosivos que inviabilizam grandes extensões de terras; o desmatamento já, hoje, em nível calamitoso e com tendência a reduzir ainda mais o parco acervo florestal existente, levando com isso, à desertificação de áreas outrora férteis; a preocupação existente em nossos dias com o surgimento da erosão eólica e cuja solução tem sido o reflorestamento em zonas estratégicas. Eis alguns dos problemas ecológicos mais sérios que temos em nosso Estado. Aliamos a estes, fatos como a existência de grandes faixas de domínio ao longo de nossas rodovias estaduais totalmente inaproveitadas; a cada vez mais, uma tomada de consciência maior em relação ao futuro de nossos filhos, pela preservação lógica e consciente dos sistemas ecológicos; a necessidade de diversificar com simplicidade a produção de alimentos, via proliferação de arborização útil à alimentação ou ao abastecimento da indústria com a transformação de matéria-prima de fácil plantio e cuidado.

Por outro lado, os longos trechos de estradas, melancólicos e sem atrativo algum, passam a ser abordados pelos estudos recentes que analisam as causas de acidentes rodoviários. Isso porque não mais temos as paisagens naturais, que para si chamavam a fauna e que formavam um atrativo à parte, com função de descanso visual aos motoristas. Hoje, temos a síndrome da neurose das estradas, exatamente, pela frieza do relacionamento humano, gerado pelo descaso e distanciamento cada vez maior do que é natural e cuja situação devemos nos preocupar em reverter, humanizando onde pudermos. Finalmente, a função alimentar deste projeto é primordial, na medida em que o or-

denamento da colheita da produção, pelo Poder Público Estadual e Municipal, proporcionará alimentos frutíferos de baixo custo, mas de alto valor protéico e vitamínico, ao mesmo tempo em que unirá a comunidade em torno de um objetivo proveitoso.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Donato Gulin.

O SR. DONATO GULIN — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

No dia de ontem, a Imprensa, Rádio e a Televisão do Estado do Paraná foram homenageados pela Polícia Federal, na pessoa do Dr. Francisco Cunha Pereira Filho, Diretor-Presidente da “Gazeta do Povo”, do “Diário da Tarde” e das TVs Paranaense, Coroados e Cultura do Paraná. E naquela ocasião foi dito pelo então representante da Polícia Federal do Paraná, Dr. Carlos Alberto Garcia, da participação dos meios de comunicação do nosso Estado com relação à defesa dos Direitos Humanos do povo paranaense e daqueles que aqui habitam e da participação singular dos órgãos de divulgação dirigidos pelo Dr. Francisco da Cunha Pereira.

E eu quero, Sr. Presidente, Srs. Deputados, deixar gravado aqui nesta Casa um ofício entregue ao Dr. Francisco, representando os meios de divulgação paranaense na data de ontem.

“Dr. Francisco, no laborioso dia-a-dia da Polícia Federal a serviço da Justiça, da União e da Comunidade, temos preservado, acima de tudo, os direitos fundamentais do cidadão. Para nós, da Polícia Federal, todos são iguais perante a lei, e inocentes até prova em contrário.

Todos têm direito a liberdade de opinião, expressão e reunião pacífica. Todos têm direito ao remédio efetivo dos tribunais e ninguém será arbitrariamente preso ou submetido a tratamento desumano ou degradante.

Neste particular temos muito em comum com Vossa Senhoria, que à frente da brilhante organização desenvolve, a exemplo dos demais órgãos de comunicação do Paraná, trabalho profícuo, patriótico e altamente meritório, notadamente em defesa dos direitos humanos.

Assim, em nome de meus companheiros de trabalho, desejamos registrar esta virtuosa afinidade com Vossa Senhoria, e com a imprensa paranaense, solicitando a gentileza de aceitar a presente homenagem como prova de apreço, respeito e admiração.

A placa que neste ato temos o privilégio de oferecer a Vossa Senhoria, se constitui no símbolo maior e mais significativo do Departamento de Polícia Federal, que juramos honrar com probidade, denodo e se necessário, com o sacrifício da própria vida.

Atenciosamente - Delegado Carlos Alberto Garcia - Superintendente Regional da Polícia Federal do Paraná.

Mas, Senhor Presidente, Senhores Deputados, no início da noite de ontem, no Diretório Regional do Partido Democrático Social, reuniram-se Prefeitos e Vereadores da região metropolitana de Curitiba, onde lá, por unanimidade, juntamente com inúmeros Deputados da Assembléia Legislativa e da Câmara Federal, em unidade, deram um voto de apreço e apoio ao nosso candidato a Presidente da República, Paulo Maluf...

(TÍMPANOS) - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - A Mesa comunica a Vossa Excelência que o seu tempo está esgotado. Esclarece a Vossa Excelência que no Pequeno Expediente, infe-

lamente, o tempo é improrrogável.

Concedo a palavra ao orador inscrito no Pequeno Expediente, Senhor Deputado Sabino Campos.

O SR. SABINO CAMPOS - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Amanhã, 12 de outubro, será comemorado em todo o Brasil o Dia Nacional dos Engenheiros Agrônomos. E não podíamos deixar passar esta data sem prestar uma homenagem a esta categoria que tanto vem contribuindo para o desenvolvimento e fortalecimento da nossa agricultura.

Encaminhamos, portanto, à Presidência da Mesa, requerimento solicitando aos Senhores Deputados a aprovação de um voto de congratulações à Associação dos Agrônomos do Paraná, entidade representativa da classe agrônômica e que há muito vem se destacando pela sua brilhante participação na política estadual.

Senhor Presidente, Senhores Deputados. À passagem deste dia gostaria também de ressaltar um pouco das grandes contribuições que a classe agrônômica vem dando à comunidade paranaense, pois é justo reconhecermos o valor desse segmento social que sempre se pautou por uma prática de transformação, por uma postura de inconformidade diante do que é incorreto e injusto, contribuindo desta forma para a descoberta das grandes soluções que o nosso Estado agrícola tanto necessita.

Foram os engenheiros agrônomos um dos primeiros segmentos democráticos do Paraná a se levantar contra as injustiças sociais no meio rural, injustiças com origem numa estrutura agrária que concentra na mão de uns poucos, grandes extensões de terras, expulsando os pequenos produtores e outorgando ao Paraná o infeliz título de campeão de evasão de mão de obra para os outros Estados.

Foi uma das primeiras categorias a criticar e a denunciar a completa dependência de nossa agricultura aos paradigmas químicos impostos pelas multinacionais que incentivam o uso indiscriminado e descontrolado de agrotóxicos e pesticidas, acarretando males irrecuperáveis à saúde do homem.

Os agrônomos sempre criticaram e criticam a desenfreada devastação de nosso Estado, dizíamos nossa cobertura florestal que se antes ocupava 80% de nosso território, hoje não ultrapassa preocupantes 5%. O que nos conduz a menor produtividade, a assoreamento dos rios e violentos desequilíbrios ecológicos, com um rápido processo de desertificação que hoje atinge 20% de nossas terras.

E foi uma das primeiras categorias sempre junto às outras entidades democráticas, que levantou as soluções para as dificuldades de nosso meio rural, propondo a Reforma Agrária, com terra para todos que nela queiram trabalhar; incentivo a pequenos produtores; a diversificação de nossas culturas produzindo alimentos para consumo interno; a criação de reservas florestais que mantêm o mínimo de cobertura nativa; o incentivo à pesquisa biológica, em contraposição aos venenos químicos das multinacionais.

Vale lembrar também Senhores Deputados, o papel fundamental desempenhado pelos agrônomos na concretização da Lei Estadual dos Agrotóxicos, recentemente regulamentada pelo Governador José Richa.

Portanto, Senhor Presidente, Senhores Deputados, o Dia do Engenheiro Agrônomo, é o momento para homenagearmos as atividades e as lutas da categoria, que sempre numa perspectiva libertária, se somam aos anseios de superar esta fase negra de nossa História, na busca de novos dias para o nosso País com DESENVOLVIMENTO, LIBERDADE, JUSTIÇA SOCIAL.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Não havendo mais

oradores inscritos para o Pequeno Expediente, no Grande Expediente concedo a palavra ao Senhor Deputado Caíto Quintana, inscrito.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Vimos a esta tribuna porque o dia de hoje antecede ao 12 de outubro, Dia da Criança, nesta Nação. E quando vemos a aproximação do Dia da Criança, indagações mil passam por nossa cabeça no que diz respeito à real situação da criança brasileira.

Indiscutivelmente, a criança brasileira pouco tem para ter um dia de comemoração. São milhares, centenas de milhares de crianças brasileiras sem expectativa de uma manhã qualquer. Crianças abandonadas, crianças carentes, crianças que necessitam de afeto, de carinho, de compreensão, de um lar.

De pouco nos adianta, Senhor Presidente, Senhores Deputados, termos um dia dedicado à criança brasileira, se muito pouco fazemos para ela. De nada adianta o regozijo nosso e de outros tantos, em torno de seus filhos, se centenas de filhos, distantes de seus pais, ou sem eles, estão vivendo o mesmo dia sem perspectiva alguma, aumentando sensivelmente a instabilidade futura desta Pátria.

Vejo, Senhor Presidente, Senhores Deputados, colocações que se fazem, na ordem das administrações, verdadeiramente preocupantes na vida nacional. É louvável a tentativa de melhoramentos o setor de segurança pública de nosso Estado, de nossos Municípios, de nossa Nação, porque afinal de contas precisamos prestigiar a sociedade daqueles que, nocivos a ela, fazem com que a sociedade tenha percalços no seu dia-a-dia.

É louvável também, a iniciativa de se melhorar, de se humanizar o nosso sistema carcerário, para que tenhamos mais possibilidade de recuperar os nossos presos, para que possamos ter presídios mais humanos, que não sejam simplesmente um muro para esconder a vergonha do resto da sociedade, mas sejam presídios capazes de recuperar a nossa gente.

Mas, eu fico a me perguntar, Senhor Presidente, Senhores Deputados, se nós não aplicarmos recursos substanciais desta Nação em favor do menor carente, do menor abandonado, do menor que está nas ruas sem proteção, sem orientação, sem teto, sem luz, sem pão, de nada adiantará nós ampliarmos o nosso setor de penitenciárias, nem aumentarmos as nossas forças de segurança, porque nós estaremos aumentando, num índice bem maior, a criminalidade na nossa geração.

Quando ouvimos dizer, Sr. Presidente, Srs. Deputados, de que o jovem é o homem de amanhã, nós nos perguntamos qual é o amanhã, então, de nossa Pátria, porque se esse jovem será o homem de amanhã e se hoje ele, em centenas de milhares são abandonados, nós temos um potencial muito grande para este amanhã, de marginais, de criminosos, de pessoas revoltadas contra a sociedade, porque afinal esta própria sociedade lhe vira as costas e não lhe dá abrigo.

Por isso, acredito que datas como essas, em que em outros tempos e talvez em outros países, sejam uma homenagem, no Brasil deve servir como ponto de reflexão, deve servir para que nós venhamos a refletir sobre o que estamos fazendo para a criança brasileira, que perspectivas estamos abrindo no nosso trabalho cotidiano, para que possamos minorar esse grave problema que afeta esta Nação.

Acredito até, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que a maior obra que se poderia fazer a nível de governo, seria colocarmos mais recursos disponíveis em favor do menor abandonado e do menor carente desta Nação. Porque de nada adiantará querermos costurar o tecido social recuperando muitos e muitos ho-

mens irrecuperáveis, se deixarmos continuar cada vez mais a verdadeira máquina do marginal e do revoltado, que é a nossa criança no dia de hoje abandonada e que no dia de amanhã será festejada na sua dor.

O Sr. Osvaldo Alencar Furtado — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Ilustre Deputado Caíto Quintana, é milenar a sabedoria universal, de que para se construir uma Nação forte e poderosa, é primeiro construirmos o homem forte, sábio e poderoso, e o homem só é forte e poderoso pela competência, pela inteligência e pela cultura.

Infelizmente, desde os primórdios do descobrimento do Brasil, a Nação brasileira ou a terra de Santa Cruz, foi tratada exatamente ou dividida pelas Capitânias Hereditárias, criando-se daí então os grandes latifúndios brasileiros, depois passando-se à fase do coronelismo e vivemos então através da catequese dos jesuítas, fases profundas de exploração, tanto do capitão ou do donatário, quanto do latifundiário chamado coronelismo e as injustiças ao perspassar dos anos e dos tempos, vem se multiplicando, veio num crescendo, até chegarmos aos dias de hoje, em uma Nação que pouco viveu o período de democracia, de liberdade, e de tal interesse em construir ou explorar a grandeza desta terra, em benefício do povo brasileiro.

Assim é que nós poderíamos, ilustre Deputado Caíto Quintana, enumerar dezenas e dezenas de explorações que se praticou no Brasil, ao longo da História. Todavia, Vossa Excelência enfoca um problema que para mim é crucial, que é o problema atual das crianças abandonadas no Paraná e no Brasil; e menciona com muita propriedade, o problema carcerário brasileiro, e o problema carcerário paranaense. Nós temos no Paraná, investido muito mais no bandido, na recuperação do marginal, do homem que realmente tem um ônus a pagar à sociedade, e no entanto, ilustre Deputado, o que ele tem recebido é exatamente a sustentação por esta sociedade, da sua sobrevivência, da sua subsistência, até muitas vezes, na mordomia das prisões; e no entanto, o investimento que se faz à criança abandonada, ou à criança carente, no Paraná e no Brasil, é o mínimo possível, porque a qualquer incômodo da criança, se afasta a criança com um peteleco e o bandido não se afasta com um peteleco. O bandido agride, estupra, rouba e assalta, incomoda e intranquiliza os lares da sociedade paranaense e brasileira.

E é por isso que a sociedade se incomoda com ela, porque ele incomoda a sociedade. E as crianças são apenas crianças, de mãos mirradas, de coração ainda puro e podendo ser aproveitados e são escurraçados e abandonados, por uma sociedade capitalista que explora o trabalhador mas deixa que os filhos do trabalhador se tornem adultos, para se transformarem bandidos. Porque o interesse capitalista, ilustre Deputado Caíto Quintana, não enxerga um palmo diante do nariz. Ele só enxerga o lucro do dia a dia. Ele só sente o tilintar das moedas, que lhe toca o ouvido, ou os tímpanos. E é por isto que a sociedade capitalista em que vivemos, investe no marginal e não investe na criança. E por isto Vossa Excelência vem a favor da criança, desta criança que não tem tido a oportunidade de que anda pelas ruas, vestindo trapos, calçando poeira, sem ter o que comer, sem ter onde dormir, pensando um dia se tornar homem, pensando parar de sofrer. E era bom que nós disséssemos a estas crianças: — não cresçam crianças, porque ser homem é deixar de ser criança; é perder as esperanças de melhorar o viver.

E é por isto, Deputado Caíto Quintana, que solidarizando-me com o seu pronunciamento, quero dizer que fico muito

Curitiba, quinta, em 11/10/84

feliz, em poder contar também com a sua voz, independente e sincera, em defesa das crianças que não votam, e não têm as armas empunhadas ainda nas mãos. Mas se nós não cuidarmos delas agora, amanhã elas empunharão as armas e superlotarão os presídios e os manicômios judiciários.

Muito obrigado pelo aparte.

O SR. CAÍTO QUINTANA — Agradeço seu aparte, Deputado Alencar Furtado. E com prazer, o incorporo neste pronunciamento. Porque comungo perfeitamente com o que Vossa Excelência expôs.

Se existe crime maior, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é nós não darmos possibilidade alguma de futuro para uma pessoa. O que nós poderemos esperar da criança hoje abandonada, dormindo nas ruas, nas sargetas, nas marquises dos prédios; qualquer um de nós, Srs. Deputados, que percorra a cidade de Curitiba, para citar um exemplo, porque são dezenas de cidades igual a esta, onde o fato se repete, e enxerga mães, com criança no colo, dormindo embaixo de marquises de prédios; temos crianças dormindo em bancos de praças; crianças perambulando na madrugada, pela rua. O que nós estaremos construindo para o amanhã? Que futuro nós estamos abrindo para o amanhã, a uma criança que até pela vestimenta que tem, pelo linguajar que usa, pela agressividade natural de quem convive no dia a dia com pessoas afastadas do convívio familiar, nem sequer têm a possibilidade de pedir um emprego, porque o emprego lhe seria negado. E nós, da sociedade inteira, assistimos a esse drama, conformados com ele, e como disse muito bem o Deputado, Alencar Furtado, aqui neste momento, dotando dinheiro, cada vez mais para obras desnecessárias e até mesmo para a recuperação de marginais irrecuperáveis e muito pouco em verba orçamentária exergamos para podermos melhorar a vida da criança abandonada deste Estado e desta Nação.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é lamentável porque é um ser humano que não pode responder pelos erros da sociedade e muito menos, pediu para vir ao mundo, mas merece a solidariedade de todos nós.

E eu percebo o quanto é importante levantar a voz para que possamos martelar nesta tecla em favor da criança desassistida desta Nação, porque quando encampamos movimentos como esse, os resultados aparecem!

Muitas vezes, nós não paramos para pensar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, mas quando uma única vida está em perigo, numa mina que desabou, num prédio que queimou, numa catástrofe qualquer, é louvável a iniciativa de se mover milhões, bilhões de cruzeiros, às técnicas mais avançadas para se salvar uma vida que está em perigo e com os dias contados, mas essas milhares de vidas que estão a cada dia, Sr. Presidente, Srs. Deputados, ameaçadas, não da morte física, talvez, mas da morte moral, de morte no seu futuro, da possibilidade de ser alguma coisa, que estão morrendo nas ruas, nas sargetas, nos bancos, e no entanto, muito pouco se investe para elas!

A criança não virá a essa tribuna, nem quando nós instituirmos a Tribuna Livre, a criança não terá como dizer que está sendo marginalizada nesse processo inteiro, a criança não terá como expor a sua dor, não poderá nem sequer imaginar o seu futuro!

A criança abandonada, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nem sequer é capaz de avaliar que a sua vida no futuro será um desastre, porque ela nasceu desse desastre, permanecerá nele, e não terá perspectiva nenhuma para o dia de amanhã!

Então, se usamos este espaço, no dia de hoje, no Grande Expediente, num motivo que pode ser até irrelevante, mas que

antecede o Dia da Criança em todo o Brasil, e nós precisamos pensar nisso, sob pena de comprometermos todo o nosso futuro, de comprometermos a Nação de não haver obras capazes de construir uma Nação grande, rica e forte, com muitas obras, se a obra maior, constituída à imagem e semelhança de Deus que é o ser humano, estiver, como está, abandonada e desassistida também!

Somos responsáveis, sim, porque estamos vivendo nessa sociedade!

Permito o aparte ao Deputado Adnail Sprenger Passos.

O Sr. Adnail Sprenger Passos — Estou ouvindo o pronunciamento de Vossa Excelência, Deputado Caíto Quintana, e estou deveras encantado, com as expressões, com as idéias que Vossa Excelência está trazendo a esta Casa.

O discurso de Vossa Excelência engrandece este Poder.

Vossa Excelência está orientando o seu discurso para a criança carente porque abandonada em face da estrutura familiar deficiente em que vive, eu gostaria que o brilho da palavra de Vossa Excelência também se orientasse para o segmento da criança brasileira, paranaense e curitibana.

Aquele segmento da criança que é abandonada porque é carente do cuidado de estruturas familiares até com elevada posse, que estão aí pelas ruas, pelas madrugadas, nos inferninhos, nas bocas de fumo, viciando-se na toxicomania, viciando-se em práticas delituosas que vão também enriquecer as penitenciárias.

Eu queria que Vossa Excelência, com o brilhantismo de suas palavras e com a acuidade que seu espírito nos empolga aqui, com uma gama inumerável de idéias extraordinárias, também olhasse por estas crianças. Porque nós precisamos também; de nada vale investir no sistema previdenciário se nós não dermos a essas crianças a oferta de equipamentos urbanos e rurais para que eles possam ocupar o espaço ocioso que têm com esses equipamentos esportivos, com apoio a movimentos a favor da juventude, da mocidade, e eu lembro a Vossa Excelência a minha posição de Presidente da União dos Escoteiros do Brasil, que está aí lutando com sacrifícios enormes para interiorizar esse movimento de apoio da juventude, da mocidade em nossa terra, para que essa possa se formar com personalidade adequada para serem pessoas úteis à sociedade, ensinando esses jovens como se deve vencer ou ocupar os espaços ociosos em suas vidas.

Para que possam, inclusive, se formar personalisticamente para se tornar úteis a si, ao próximo, e à própria Nação brasileira.

A inteligência de Vossa Excelência há de trazer no discurso de hoje alguma coisa, também, para esse lado, não apenas àquela criança que está morando debaixo da ponte, mas também àquela criança que está morando numa cama mas que, de madrugada, de tarde, ou à noite estão aí se viciando, se intoxicando, porque não tem o apoio de estrutura familiar, e não tem apoio da estrutura social, dos governos, e que precisa ser olhado com o mesmo carinho com que Vossa Excelência está tratando a criança carente. Meus parabéns a Vossa Excelência.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Vossa Excelência Deputado

Adnail Sprenger Passos, focaliza o outro aspecto da criança, e o que é interessante nesta criança ainda é que seu aparte coloca a criança de família abastada no mesmo nível da criança abandonada. A criança é despida de vaidade, é despida de

diferenciação social; nós somos responsáveis por afastá-la desta convivência. Mas, no aparte de Vossa Excelência eu faria um registro publicamente, de dar-lhe meus parabéns por sua participação no escoterismo brasileiro. Realmente, um local onde cria, se forja condutas de jovens úteis à sociedade; jovens que na verdade aí aprendem o que é conviver, o que é respeitar a família, o semelhante, o mais velho, através de sua forma de convivência. Meus parabéns eu dou a Vossa Excelência, publicamente, por Vossa Excelência que cuida de tanta coisa, na sua vida, dedicar um tempo dela ao escoterismo no Paraná e no Brasil, ajudando sobremaneira com que a criança escoteira possa, na verdade, ter a sua conduta formada para o bem da sociedade em que vivemos.

O Sr. Aníbal Khury Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. CAÍTO QUINTANA - Pois não, nobre Deputado.

O Sr. Aníbal Khury Nobre Deputado Caíto Quintana, a sua preocupação com a criança paranaense e com a criança brasileira só enaltece a personalidade humana de Vossa Excelência.

Nós temos nos preocupado muito com o problema da criança e o Paraná tem avançado um pouco neste sentido.

Dizia bem o Deputado Osvaldo Alencar Furtado, que nós estamos prestigiando mais os criminosos do que as crianças paranaenses. Tanto é verdade que foi instituída uma taxa judiciária aqui no Paraná, uma sobretaxa de 20% destinada, exclusivamente, ao sistema penitenciário paranaense. A Assembleia, através dos Deputados de ambas as Bancadas, já aprovou uma emenda de nossa autoria que destina 50% desta importância à assistência ao menor. Mas ainda, Senhor Deputado, a Assembleia do Paraná instituiu 10% para a criança abandonada na taxa de segurança pública, já convertida em lei. Isto representa, ou talvez representará mais ou menos um bilhão por ano, mais de 4 ou 5 bilhões da taxa judiciária, teremos uma importância razoável, se bem que não chegue ao mínimo do que as crianças paranaense necessitam.

Mas, já é um caminho andado e é uma iniciativa do Poder Legislativo.

Por isso, Senhor Deputado, a sua preocupação com a criança paranaense é a nossa preocupação e está cabendo à ALE, nesta fase, um papel preponderante na ajuda a essas crianças que precisam do Poder Público.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Deputado Aníbal Khury, em boa hora, Vossa Excelência apresentou um projeto dividindo em 50 por cento da taxa adicional, para que ela fosse revertida em favor do menor. E eu tenho certeza que o tempo comprovará que antes de darmos 20 por cento do sistema carcerário, nós estaremos corrigindo, muito mais, aplicando 10 por cento disso para a criança carente e abandonada, porque iremos diminuir fundamentalmente o número de pessoas agressivas da sociedade em que vivemos.

O Sr. Tércio Albuquerque — Vossa Excelência permite um aparte? — (Assentimento)

Estou acompanhando o pronunciamento de Vossa Excelência, Deputado Caíto Quintana, e vejo que não merece reparos, de nossa parte.

Apenas eu gostaria de alegar a Vossa Excelência que não tive oportunidade de analisar o Orçamento enviado por Sua Excelência o Governador do Estado, Governador do seu Partido, à ALE, no que diz respeito ao aumento e consignação no Orçamento para o atendimento à criança carente. Eu não tenho conhecimento.

Gostaria que, se Vossa Excelência tivesse, declinasse à Casa, e se porventura o consignado em Orçamento para atendimento à criança carente não seja satisfatório, pediríamos a Vossa Excelência que fizesse uma emenda ao Orçamento, que terá total apoio nosso, porque o seu pronunciamento vem em boa hora, na véspera do dia da criança, e nós precisamos ajudar, realmente, aos carentes de nosso Estado.

O SR. CAÍTO QUINTANA — Deputado Tércio Albuquerque, eu não poderia dar o número orçamentário destinado à criança, porque não sei.

Mas, há pouco, ao Deputado Anibal Khury, num aparte, este Poder, pelo menos, a sua parte, do que lhe é possível, constitucionalmente, está procurando olhar.

Graças a Deus, e eu espero que isso acorde cada vez mais as autoridades, que nós temos em projetos apresentados aqui, destinando recursos como os 50 por cento dos vinte por cento instituídos na taxa judiciária, que 50 por cento dele seja revertido em favor do menos do nosso Estado.

No âmbito desta Assembléia, não podemos estar de consciência tranqüila, porque nunca seremos capazes de fazer tudo que deveríamos fazer, pelo menos, estamos procurando, como representante do povo, e diga-se aqui ambas as bancadas, cumprir com a sua missão de representação.

E se não podemos mudar orçamentariamente as verbas, Deputado Tércio Albuquerque, podemos mudar a cabeça dos administradores de todos os níveis desta Nação e de qualquer partido que esteja representando qualquer Poder Executivo, para que lembrem, no momento de fazer os seus orçamentos, que talvez o maior investimento que possamos ter nesta Pátria, é dotarmos maiores recursos para recuperar, para amparar, para ajudar as nossas crianças, pois só teremos uma Pátria forte e capaz, no dia em que tivermos vencido o desafio de diminuir a quantidade enorme, assustadora, de crianças sem perspectivas de futuro.

O Sr. Erondy Silvério — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento) Eu também estou acompanhando — e até emocionado, a homenagem que Vossa Excelência presta, nesta data, a esta coisa mais pura, mais cândida, mais doce, que enfeita a nossa vida, que é a criança.

Nós todos nos penalizamos com o menor carente, mas acho que a raiz do problema não está exatamente em nós distribuírmos 50 por cento da verba da assistência judiciária, não está na questão de nós reformularmos a proposta orçamentária do Estado, porque isso o Governador não aceitaria de maneira nenhuma, que nós, por exemplo, reduzíssemos a verba da Secretaria da Comunicação Social para que se destinasse uma parte maior ao Instituto de Assistência ao Menor, ao IPE, etc.

Acho que é um problema de tanta profundidade que precisa efetivamente ser debatido através de toda a Nação, de todos os segmentos da sociedade.

Tenho lido com muita atenção, as entrevistas de um dos militares que mais respeito nesse País, que é o Chefe do Estado Maior das Forças Armadas, a respeito do planejamento familiar. Acho que daí seria o início da redenção da criança. Um programa sério de planejamento familiar, sem demagogia, sem atender interesses estrangeiros, sem atender objetivos puramente comerciais, mas um planejamento feito com carinho, com seriedade, seria o início da redenção da criança brasileira, complementada pela reforma tributária, porque distribuição de riqueza não é tirar de quem ganha bastante para dar a quem ganha pouco; distribuição de riqueza se faz na tributação. Tem que se inverter a pirâmide tributária neste País. Nós temos que destinar — isso é lugar-comum em toda Pátria, todos os segmentos políticos têm afirmado isso, que temos que inverter a pirâmide, que temos que dar maiores recursos ao município

e sucessivamente ao Estado e menores recursos à União.

É evidente que precisamos fazer isso.

É claro que este Governo não tem tempo e nem interesse, porque nos seis anos em que esteve aí infelicitando a Nação...

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) A Mesa comunica ao orador que o seu tempo está esgotado e concede-lhe mais um minuto para concluir.

O Sr. Erondy Silvério — Eu não queria mais obstruir o brilhante pronunciamento de Vossa Excelência.

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS — Sr. Presidente, a Liderança concede ao Deputado Caíto Quintana, mais dez minutos.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Com a palavra, por dez minutos, no Horário da Liderança do PMDB, o Sr. Deputado Caíto Quintana.

O Sr. Erondy Silvério — Eu concluirei rapidamente, para que Vossa Excelência não se abstenha de concluir o seu pronunciamento.

Acho que uma reforma tributária feita com seriedade, discutida amplamente por toda a Nação brasileira, será a complementação de um programa de assistência ao menor se conjugarmos planejamento familiar - reforma tributária, a fim de que os municípios pudessem oferecer realmente ao menor carente, ao homem do campo, e impedir o êxodo para os grandes centros, porque se o município aplicar os seus próprios recursos dentro do seu município, teremos a redenção do homem do interior. Ele não virá mais engrossar esse exército de favelados que se concentra nos grandes centros urbanos, mas isso só será possível, no instante em que o novo governo se conscientizar disso, pressionado pelos representantes do povo, de todos os partidos e fizer uma reforma tributária limpa, correta, patriótica. Não tenho dúvida, será o início da redenção dessa Nação e em via de consequência, da criança. O resto tudo é paliativo, são palavras bonitas que eu, que Vossa Excelência, que a imprensa, que os professores, todos pronunciam por ocasião do dia da criança, mas na segunda-feira, elas cairão no esquecimento, porque é preciso realmente reformas de base, para que se possa atender a criança brasileira.

Muito obrigado e meus cumprimentos a Vossa Excelência.

O Sr. Donato Gulin — Vossa Excelência permite um aparte? O SR. CAÍTO QUINTANA — Pois não, Deputado Donato.

O Sr. Donato Gulin — Eu queria dizer mais, nobre Deputado, que Vossa Excelência realmente está colocando hoje nesta Casa, um assunto realmente importante, mas que a gente vê este assunto ser discutido só em rodinhas de uísque, de bebida, mas na realidade, pouco se vê de trabalho em tomo do menor carente. E quando Vossa Excelência fala em menor carente, incluo nesta palavra carente e tenho certeza que Vossa Excelência também inclui — nobre Deputado — o carente não é só aquele que não tem dinheiro, o carente não é só aquele que não tem assistência maternal-familiar. A pessoa pode ser carente de amor. Carente de saúde, carente de entendimento, de tantas outras maneiras.

Eu gostaria, nobre Deputado, que o menor quando fosse analisado como menor carente, fosse em toda essa amplitude, em todo esse universo.

Queria dizer mais, nobre Deputado. Que no final de 1982, no final do Governo do ex-Prefeito Jayme Lerner, em Curitiba, encerrávamos o mandato com aproximadamente 50 creches instaladas em Curitiba, para atender, dentre muitos, também os menores carentes. Hoje, lamentavelmente, estamos vendo estas creches sendo fechadas, por falta de cooperação da comunidade e do Governo, porque eu tenho certeza que somen-

te o Governo não teria condições de manutenção, sem a participação ativa da comunidade.

Nós devemos despertar o problema do menor carente em todas as áreas: governamental, particular, e principalmente, no meio da comunidade, para que eles sintam que a sua própria segurança do amanhã depende do seu trabalho e do seu atendimento ao menor carente de hoje.

Muito obrigado pelo aparte.

O SR. CAÍTO QUINTANA — Agradeço, nobre Deputado.

E, no aparte anterior, o nobre Deputado Erondy Silvério, talvez esteja uma colocação no aparte de Vossa Excelência — reforma tributária, nobre Deputado, para que os municípios, a célula pequena da comunidade possa amparar os seus carentes, o Estado possa bancar no que pode, o Governo Federal descentralize a renda, a receita, redistribua, para que possamos fazer frente a este assunto tão complexo que evidentemente não será resolvido com pronunciamentos, com palavras, com entrevistas ou com rodinhas conversando dele.

Terá que ser uma mudança profunda no organismo inteiro da sociedade em que vivemos. Essa sociedade que muitas vezes, nobre Deputado, não vê o menor carente como um ser humano, ou não vê o menor carente de afeto, como diz Vossa Excelência, como uma criança que precisa de carinho. Mas se esses têm recursos, têm família, têm estrutura, o problema terá que ser visto para esses, por outro ângulo. Refiro-me neste instante, Deputado, e concentro este pronunciamento, principalmente nessa criança que não teve ontem, não tem hoje e que por certo não terá amanhã. Porque lhe falta até a família que poderia lhe dar afeto, lhe falta tudo. E lhe sobra tudo no entanto para poder se encaminhar num mundo pernicioso, cruel, desumano, que a sociedade lhe impõe.

Eu sei que aqui, nobre Deputado, não estamos criticando diretamente a ninguém, ou então estaríamos criticando todos nós no seu conjunto. Porque a sociedade, como um todo que olha muito pouco para isso. E um dia, nobre Deputado, se o quadro não fosse tão triste, um pintor, talvez um poeta, tivesse visto na sua frente um dos quadros que mais me chocou em Curitiba, que já veio da Capital: no Largo da Ordem, na calçada, existe uma abertura na calçada onde tem luz embaixo e um vidro por cima para clarear aquele Largo. Era uma noite fria, saíamos de um restaurante, quando uma criança estava dormindo em cima do vidro, porque por certo era quente pelo calor da luz. E quando passamos perto, a sociedade inteira passa perto, vê isso, e muito pouco faz para que isso termine. E todos nós estamos cansados de ver durante as noites frias de Curitiba, crianças morrendo de frio, na rua, e isso não nos empolga e não nos diz nada; não nos mexe com o sentimento cristão humano, para não falarmos da responsabilidade de representarmos esses que nada podem fazer.

Então aí talvez, nobre Deputado, seja um ângulo também que quando criamos nesta Casa a Comissão de Direitos Humanos, nesse particular essa Comissão que é supra-partidária, muito pode fazer. Para alertar as autoridades de qualquer partido, nobre Deputado, para alertar a sociedade de qualquer categoria social, de que não podemos fazer ouvidos de mercador ao grande problema que o Brasil enfrenta.

As nossas penitenciárias não serão suficientes no futuro, porque o menor de 12 anos que convive na rua, na sarjeta, revoltado, será certamente num tempo muito curto, de cinco ou seis anos, alguém agressivo contra a sociedade em que convive porque não viu dela receptividade para ajudá-lo.

É dentro desse prisma que me preocupa e eu gostaria que essa Casa acordasse para que nós pudéssemos, todos juntos, sem crítica direcionada a ninguém, mas todos, levantarmos o problema para que, se no orçamento deste ano, Deputado Tércio Albuquerque, porventura não constar uma verba maior para o menor abandonado, que conste no ano que vem.

E que nós possamos, através do mandato que temos, denunciar a cada instante, a necessidade de termos que fazer alguma coisa por aqueles que não têm condição nenhuma sequer de esperar do futuro, dias melhores.

Então, nesse dia que antecede o Dia da Criança, não venho à tribuna para tecer loas à criança brasileira; não venho aqui para homenagear as crianças do Brasil, porque não acredito existir 12 de outubro — Dia da Criança, enquanto nós tivermos que comungar com esse dilema de vermos tantas e tantas crianças que no seu própria dia, não terão sequer um instante de afeto.

E de nada adiantará concentrações públicas, de nada adiantará fazermos um teatro para que essas crianças possam assistí-lo no seu único dia, porque isso não é uma homenagem feita a elas. É mais do que tudo, um chamamento para a responsabilidade presente, de que alguma coisa temos que fazer para solucionar esse problema.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Consulto a Liderança do PMDB se fará uso do horário restante.

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS — O Deputado Osvaldo de Alencar Furtado falará pelo tempo que lhe aprouver, dentro desse horário.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Com a palavra o Sr. Deputado Osvaldo Alencar Furtado, por vinte minutos.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Após as oportunas, brilhantes e inteligentes palavras do Deputado Caíto Quintana, que abordou com muita propriedade, seriedade e inteligência o problema da homenagem do Dia 12 de Outubro, dia proclamado da criança, mesmo assim não poderia me furtar ao imperativo da minha consciência, e aqui também render a minha homenagem ao dia 12 de outubro, o Dia Internacional da Criança.

Muitas são as frases dos filósofos a falar de criança. Vem-me à memória a frase do grande pensador, Confúcio, quando dizia: "Saúde aquela criança que passa; será talvez amanhã um homem. Saúde-a duas vezes; será talvez amanhã um grande homem". (Lê):

"12 de outubro — Dia Internacional da Criança... das nossas crianças. daquelas que têm o conforto, a segurança de um lar, e se sentem amparadas e alimentadas.

Daquelas que têm a alegria de escolher e receber o presente.

Daquelas que têm a garantia de uma escola e a certeza de um amanhã.

Para essas, o Dia Internacional da Criança é um dia de festas.

As injustiças sociais, a ganância e a usura dos homens, a espoliação e o roubo, separam até a felicidade e a alegria das crianças.

Assim é que vivemos em um mundo de pobres e ricos, de exploradores e explorados.

Em síntese, uma sociedade injusta. Tão injusta que comemora um dia que deveria ser de alegria e de esperança para todos e se transforma para muitos, em um pesadelo.

Enquanto os pregões da nossa sociedade de consumo, anunciam os grandes programas de venda de brinquedos, criando expectativas e despertando fantasias, o pobre trabalhador se angustia por não poder nem mesmo suprir a alimentação de seus filhos.

Um dia apenas para lembrar que a criança tem direito à vida, à saúde, à alegria — é realmente pouco.

Todos os dias são dias da criança, porque é ela que tem mais dias pela frente, se conseguir sobreviver. Cada um desses

dias vividos será sua herança — integrará sua maneira de ser no mundo. Esse mundo pleno de contradições, onde uns poucos desperdiçam o que falta a muitos.

E são tantas as crianças que não têm o direito de viver sua infância, com suas necessidades fundamentais respeitadas... ou atendidas...

Do outro lado do mundo, um exército de meninos pega nas armas e vai à guerra, em busca da morte, por ordem de um louco, chamado AIATOLÁ KHOMEINI.

Nosso mundo milagroso de desenvolvimento tem também o seu Aiatolá, a maior gestante de miséria do país — o Sr. Delfim Neto — que produziu e criou um exército de miseráveis, inaugurando uma nova idade-da-pedra. Voltamos à fase do homem nômade coletor - predador.

O coletor do Século XX, no Brasil, não vai à selva inóspita e pródiga em busca do sustento da família, caçando e colhendo frutos, vai desmatar e arrancar o outro que a natureza guardou cuidadosamente para todos os seus filhos, para entregar aos cartéis.

Vai fazer a monocultura em regime de escravismo, e aí o exército de pequenos bóias-frias é explorado. Mata-se o homem antes que possa ascender à plena condição de homem.

O pequeno coletor urbano vai em busca das latas de lixo: pode ser que a justiça cega pisque um olho e ele encontre as sobras do desperdício daquele que o explora. Os pequeninos aprendem, desde cedo, a selecionar o lixo, cheirando para saber o que pode ser comido; separando o que pode ser vendido.

Será hoje, o dia 12, o Dia da Criança selecionadora de lixo, para poder sobreviver?

Ou será hoje o dia da criança trabalhadora, que ajuda os pais (quando os tem) na apanha ou compra de papel e garrafas?

Será hoje o dia dessa criança abandonada que virou trombadinha e dorme em baixo das marquises, nas construções, ou mesmo no Juizado de Menores?

Ou será hoje o dia do pequeno engraxate, do carregador, do lavador de carro, dos que vendem cartões postais pelos botecos ou dos que vendem flores nas suas madrugadas de trabalho?

Será hoje o dia dessa criança mirrada que bate de porta em porta, pedindo roupa ou comida com uma lata na mão?

Ou será hoje o dia do pequeno índio, vítima do roubo milenar das suas terras e das suas riquezas naturais, e, ainda por cima, embebedado pelo homem branco, para servir de divertimento e de bazófia até desmaiar ou entrar em coma?

Não. Hoje não é o dia da criança pobre. É o dia da criança rica. E é bom atentarmos para o fato de que a criança pobre transforma-se em pessoa adulta.

Multiplicam-se as suas necessidades e apertam-se os seus espaços sociais.

E ela se transforma, pela insatisfação, frustração e revolta, em marginal, bandido ou prostituta.

Não há tempo a perder. É urgente que se encadeie uma estratégia global para o atendimento à criança, em nosso Estado. Ainda que o fenômeno não se evidencie isoladamente, mas seja uma herança que vem crescendo a cada dia, não podemos esperar que a nossa sociedade volte à normalidade, que se restabeleça a justiça social.

As crianças são enformadas física e psiquicamente — a cada momento, a cada vivência. Não há retorno. Apenas a esperança de reações diferentes, de disposições especiais, de que alguns superem os obstáculos, milagrosamente.

Segundo as últimas informações do IAM, órgão do Estado, ligado à Secretaria da Saúde e Bem Estar Social, estão cadastrados 570.000 menores carentes, dos quais, atualmente, se atende, através de convênios com instituições particulares e a FUNABEM, apenas 32.000.

No orçamento previsto para 1985, ao IAM, serão desti-

nados recursos de Cr\$ 24.891.000.000, o que certamente suprirá 6 por cento das necessidades de atendimento, registradas.

Em vista de tal quadro de desamparo que se constata, faz-se necessária a criação de um sistema mais abrangente para o atendimento à criança, sob pena de termos que investir em mais presídios e manicômios judiciais, inflacionando assustadoramente a democracia nascente e a sociedade atual, já profundamente sobrecarregada com a inflação, o desemprego e o alto custo da vida.

É urgente que assumamos essas responsabilidades.

Assumir essas responsabilidades significa acreditar no homem e nas possibilidades da educação; refletir sobre as nossas próprias ações, para que a parcialização, a especialização e o condicionamento cedam lugar à noção de integralidade e diversificação.

Significa mobilizar todas as nossas faculdades face à situação e configurar os possíveis, para que nenhuma criança fique ao desamparo. Através desses possíveis, fazer com que o ideal coincida com o real.

Dirão alguns: é utopia. Respondo: Não é utopia. É uma tarefa. Nem fácil, nem impossível — é uma tarefa”.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Consulto a Liderança do PDS se fará uso do horário que lhe é destinado.

O SR. IVAN GUBERT — Declino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Havendo declinado, está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Ivan Gubert, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Tércio Albuquerque, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Mensagem número 210/84, oriunda do Poder Executivo, constante do Expediente. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 212/84, de autoria do Deputado NILSO SQUAREZI, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS CAVALEIROS DA SOBERANA ORDEM MILITAR DE MALTA DE SÃO PAULO E BRASIL MERIDIONAL”, com sede na cidade de São Paulo. Com Parecer Favorável e Substitutivo Geral da C.C.J., por unanimidade. Em Regime de Urgência. —

Em votação o Substitutivo Geral da C.C.J. — **Aprovado o Substitutivo Geral.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 220/84, de autoria do Poder Executivo (Mens. n.º 170/84), que visa obter autorização para abertura de um Crédito Especial no valor de Cr\$... 2.351.000.000 (dois bilhões, trezentos e cinquenta e um milhões de cruzeiros), destinados a atender despesas com Outros Custeios e Obras e Instalações do Tribunal de Justiça no corrente exercício. Com Pareceres Favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade. Em Regime de Urgência. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 221/84, de autoria do Poder Executivo (Mens. n.º 171/84), que autoriza o Poder Executivo abrir Créditos Especiais para a Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA e IPE, nos valores de Cr\$ 6.950.000.000 (seis bilhões, novecentos e cinquen-

ta milhões de cruzeiros) e Cr\$ 20.328.000.000 (vinte bilhões trezentos e vinte e oito milhões de cruzeiros), respectivamente. Com Pareceres Favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — **Aprovado.**

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei Complementar n.º 28/83, de autoria do Deputado NESTOR BAPTISTA, que dá nova redação ao Art. 12, da Lei n.º 4335, de 20/01/61. (FUNCIONÁRIOS ESTATUTÁRIOS DO DEPARTAMENTO DE IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO — DIOE). Com Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.R.H., por unanimidade. —

Sobre o referido Projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando seja retirado da Ordem do Dia, por 10 (dez) sessões. — **Aprovado.** Fica, portanto, adiada a discussão do Projeto de Lei Complementar n.º 28/83, por dez sessões.

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 231/84, de autoria do Poder Executivo (Mens. n.º 193/84), que autoriza o Poder Executivo abrir um Crédito Especial, no valor de Cr\$... 400.000.000 (quatrocentos milhões de cruzeiros), ao Orçamento atual da Assembléia Legislativa, destinados a atender despesas com obras e instalações. Com Pareceres Favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade. Em Regime de Urgência. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 234/84, de autoria do Poder Executivo (Mens. n.º 183/84), que autoriza o Poder Executivo abrir Créditos Especiais que alteram os orçamentos da PARANATUR, DIOE e TECPAR, nos valores de Cr\$.. 460.000.000 (quatrocentos e sessenta milhões de cruzeiros), Cr\$ 1.000.000.000 (hum bilhão de cruzeiros) e Cr\$.. 1.050.000.000 (hum bilhão e cinquenta milhões de cruzeiros), respectivamente. Com Pareceres Favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade. Em Regime de Urgência. — Em votação.

O SR. IVAN GUBERT — (Pela Ordem) Requeiro verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) A Mesa defere e irá proceder a verificação de votação.
(É procedida a verificação de votação).

Treze Srs. Deputados aprovam; nenhum Sr. Deputado rejeita. Não há quorum para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando uma Extraordinária para logo após.

Levanta-se a Sessão.

**2.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.^a LEGISLATURA
ATA DA 022.^a SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 11 DE OUTUBRO DE 1984
(Quinta-feira)**

Presidência do Sr. Deputado Trajano Bastos, secretariado pelos Srs. Deputados José Antônio Fonseca e Francisco Escorsin.

As dezesseis horas e três minutos, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antônio Annibelli, Antônio Belinati, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo

Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Bufara, Nelson Vasconcellos, Nilso Sguarezi, Odeni Mongrue, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Pérciles Pacheco, Quielse Crisóstomo, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos. Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tuguio Setogutte, Wilson Fortes, Fuad Nacli, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos e Airtton Cordeiro (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede a leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Não havendo expediente a ser lido,
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 58/84, que dispõe que os novilhos, matrizes e reprodutores que forem comercializados nas Feiras de Gado credenciadas pelo Poder Executivo, ficam isentos do pagamento do ICM, e dá outras providências. **Aprovado.** (Public. no D.A. n.º 20, de 09/04/84).

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 59/84, que dispõe sobre criação de espaço para fins publicitários na contracapa dos Livros Didáticos utilizados pela Rede de Ensino Público de 1.º e 2.º Grau, bem como em todo material escolar e dá outras providências. - **Aprovado.** (Public. no D.A. n.º 20, de 09/04/84).

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 77/84, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E AMIGOS DA VILA GUSSO E JARDIM PARANÁ, com sede e foro na cidade de Curitiba. — **Aprovado.** (Public. no D.A. n.º 23, de 12/04/84).

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 84/84, que cria o Distrito Administrativo de VIDIGAL, no Município de Cianorte, com sede no Município de Cianorte. — **Aprovado.** (Public. no D.A. n.º 24, de 16/04/84).

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 95/84, que declara de Utilidade Pública a IGREJA METODISTA CENTRAL, com sede e foro na cidade de Curitiba. — **Aprovado.** (Public. no D.A. n.º 30, de 26/04/84).

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 101/84, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E AMIGOS DO BAIRRO DO CAMPO ALTO, com sede e foro nesta Capital. — **Aprovado.** (Public. no D.A. n.º 33, de 07/5/84).

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 102/84, que declara de Utilidade Pública o CENTRO DE PESQUISA, ORIENTAÇÃO E ASSISTÊNCIA À FAMÍLIA — CPOAF, com sede e foro na cidade de Cascavel. — **Aprovado.** (Public. no D.A. n.º 33, de 07/05/84).

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 103/84, (Mensagem n.º 102/84), que objetiva autorizar o Poder Executivo doar ao

Município de CRUZEIRO DO SUL o imóvel constituído pela data de terras n.º 15, quadra n.º 29, situada na sede do município, medindo a área de 600,00m2, objeto da matrícula n.º 1866, do Registro de Imóveis da Comarca de Paracity, conforme específica. - Aprovado. (Public. no D.A. n.º 33, de 07/05/84, Mensagem).

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 105/84, que declara de Utilidade Pública o SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE TAPEJARA, com sede e foro no Município de Tapejara. - Aprovado. (Public. no D.A. n.º 37, de 14/05/84).

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 109/84, que institui a data de 23 de abril, como o dia em que se celebrará homenagens ao LEONISMO PARANAENSE. — Aprovado. (Public. no D.A. n.º 42, de 22/05/84).

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 113/84, que declara de Utilidade Pública a SOCIEDADE AUXILIADORA DE SENHORAS DE ARAPONGAS, com sede e foro na cidade de Arapongas. — Aprovado. (Public. no D.A. 42, de 22/05/84).

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 115/84, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO BETEL - SERVIÇO SO-

CIAL DA IGREJA EVANGÉLICA ASSEMBLÉIA DE DEUS, com sede e foro no Município de Guarapuava. — Aprovado. (Public. no D.A. n.º 42, de 22/05/84).

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 116/84, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL DO OESTE DO PARANÁ - ASSOESTE, com sede e foro na cidade de Cascavel. - Aprovado. (Public. no D.A. n.º 43, de 24/05/84).

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra Ordinária para segunda-feira, dia 15, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO - 2ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 29 e 234/84.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 231/84

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei Complementar n.º 99/84, e 160/84 e dos Projetos de Lei n.ºs 100, 111, 114, 118, 119, 126, 131, 132, 139, 140, 143, 144, 148, 153, 289, 196, 226, 263 e 90/84.

Levanta-se a Sessão.